

A FUNÇÃO DOS DÊITICOS NA ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Prof. Dr. Sérsi Bardari

Resumo

Por meio do presente estudo, busca-se explorar as teorias relativas aos sistemas referenciais da língua e aplicá-las em análise prática. Para tanto, o trabalho está estruturado de modo a abordar, em sentido amplo, as definições de texto; as origens, os conceitos e os mecanismos da dêixis. De maneira restrita, analisa-se a organização temática e estrutural do primeiro capítulo do romance *A jangada de pedra*, de José Saramago, com relevo para a função dos elementos dêiticos.

Palavras-chave: dêixis, anáfora, catáfora, *A jangada de Pedra*, José Saramago.

Abstract

The present study explores and applies the theories regarding the referential systems of the language. The work is structured in a way to broach, in a general sense, the text definitions; the origins, the concepts and the mechanisms of the deixis. In a strict way, it analyses the thematic and structural organization of the first chapter of the novel *A jangada de pedra*, by José Saramago, outstanding the function of the deitics elements.

Key words: deixis, anaphora, cataphora, *A jangada de pedra*, José Saramago.

Introdução

De forma genérica, o termo ‘dêixis’, do qual deriva o adjetivo “dêítico”, é empregado para designar a função que os pronomes pessoais e demonstrativos, as formas gramaticais que indicam tempo, inúmeras palavras e uma variedade de outras formas linguísticas desempenham ao fazer referência à situação de produção dos gêneros textuais, sejam estes nas modalidades oral ou escrita.

Instrumentos linguísticos responsáveis pela coesão, os dêiticos funcionam também no sentido de enriquecer o sentido do texto. Isto porque, além de assegurarem uma ligação entre os elementos que ocorrem na superfície textual, fazem referência à situação de enunciação, constitutiva do sentido dos enunciados.

Os temas relacionados com a dêixis nas línguas indo-europeias formam um conjunto teórico bastante extenso dentro das ciências da linguagem. São vários os elementos linguísticos que podem atuar como dêiticos, assim como também são muitos os estudiosos do assunto, entre os quais se encontram variações de posicionamento no que se refere tanto ao aprofundamento das pesquisas quanto às terminologias empregadas. Trata-se aqui de um dos pontos abordados por este trabalho, que tem entre seus objetivos o de confrontar a concepção que diversos autores têm sobre o fato linguístico que Bühler¹ chama de “o campo mostrativo da linguagem”.

Busca-se ainda, por meio deste trabalho, analisar a dêixis em funcionamento e, para tanto, selecionou-se como *corpus* o primeiro capítulo do romance *A jangada de pedra*, de José Saramago². A escolha do referido texto deveu-se a sua riqueza no que diz respeito à presença de elementos dêiticos atuando como responsáveis pelo processo de sequencialização textual e pela forma como o autor utiliza esses mesmos elementos para contornar as restrições impostas pela linearidade da linguagem e expressar o efeito de sincronidade de ações.

O presente estudo possibilita também demonstrar como o autor, por meio do emprego da dêixis de pessoa, instaura os actantes do discurso, entre os quais inclui o leitor, sem a necessidade de utilizar pontuação e esquemas gráficos tradicionais. Essas “ausências”, cabe lembrar, constituem-se em uma das mais visíveis marcas do estilo de José Saramago.

O que se pretendeu, enfim, foi explorar as teorias relativas aos sistemas referenciais da língua e aplicá-las em análise prática. Para tanto, este trabalho está estruturado de forma a abordar, em sentido amplo, as definições de texto, as origens, os conceitos e os mecanismos da dêixis e, de maneira restrita, a organização temática e estrutural do *corpus*, com relevo para os dêiticos e anáforas.

Parte I – Caracterização dos dêiticos

1. Definição de texto

Antes de analisar os dêiticos como elementos de articulação textual, cabe buscar possíveis definições de texto. Nesse intento, consultou-se inicialmente dois autores voltados para questões pertinentes à linguística textual: Enrique Bernardez e Maria Helena Mira Mateus.

¹ BÜHLER, Karl. *Teoria del language*. Madrid, Revista do Occidente, 1961, p. 107.

² São Paulo, Cia das Letras, 1988, pp.7-16.

Bernardez³ deixa clara sua impossibilidade de estabelecer uma definição de texto que especifique o conteúdo deste e contenta-se, para fins imediatos, em proporcionar ao leitor “uma definição que se limite a assinalar se ‘algo’ é um texto ou não”. O autor delimita-se a esse propósito depois de elaborar extenso trabalho de pesquisa, por meio do qual levanta inúmeras definições de texto, tanto no âmbito da linguística tradicional quanto no da linguística textual. Do confronto da opinião de diversos autores, Bernárdez destaca, como traço comum presente na maioria das definições analisadas, o texto como unidade comunicativa. A conclusão a que chega é decorrente de uma visão pragmática do texto, cuja “base fundamental de seu caráter encontra-se, não em sua forma sintática superficial, mas na intenção comunicativa do falante”⁴.

Tanto Bernárdez quanto Mira Mateus não apontam diferenças básicas entre os conceitos de texto e discurso. Se, por um lado, o autor hesita em definir texto, o mesmo não se dá com a estudiosa portuguesa. Para ela:

[...] um texto (um discurso) é um objeto materializado numa dada língua natural, produzido numa situação concreta e pressupondo os participantes locutor e alocutário, fabricado pelo locutor por seleção sobretudo o que, nessa situação concreta, é dizível para (e por) esse locutor a um determinado alocutário⁵.

Com vistas a clarear ainda mais o conceito de texto, consultou-se a obra *Linguística textual: introdução*, das autoras Leonor Lopes Fávero e Ingedore G. Villaça Koch⁶, as quais, depois de estudarem os principais precursores e seguidores das teorias do texto, entre esses Halliday, Weinrich, Ducrot, Isenberg, Lang, Dressler, Van Dijk e Petöfi, concluem que o termo texto pode ser tomado em duas acepções:

[...] *texto*, em sentido *lato*, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano (quer se trate de um poema, quer de uma música, uma pintura, um filme, uma escultura etc.), isto é, qualquer tipo de comunicação realizado através de um sistema de signos. Em se tratando da linguagem verbal, temos o *discurso*, atividade comunicativa de um falante, numa situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor (ou por este e seu interlocutor, no caso do diálogo) e o evento de sua enunciação. O discurso é manifestado, linguisticamente, por meio de textos (em sentido *estrito*).

³ BERNÁRDEZ, Enrique. *Introducción a la linguística del texto*. Madrid, Espasa Calpe, 1982, p.77.

⁴ *Ibidem*, p.83.

⁵ MATEUS, Maria Helena Mira *et alli*. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra, Almedina, 1983, p. 185.

⁶ São Paulo, Cortez, 1994, p. 25.

Neste sentido, o texto consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma **um todo significativo** (grifo nosso), independentemente de sua extensão. Trata-se, pois, de uma unidade de sentido, de contínuo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela *tessitura* do texto – os critérios ou padrões de textualidade, entre os quais merecem destaque especial a coesão e a coerência.

Essa tessitura, considerada como o conjunto de propriedades que uma manifestação da linguagem humana deve possuir para ser um texto, servirá de base para a análise do texto selecionado como “corpus” deste trabalho.

2. Conceito de dêixis

“O termo ‘dêixis’ é atualmente usado em linguística para referir a função dos pronomes pessoais e demonstrativos, dos tempos e de uma variedade de formas gramaticais e léxicas que relacionam enunciados com as coordenadas espacio-temporais do ato de enunciar”, diz John Lyons⁷.

Essa definição, enunciada de forma ampla, abrange de fato o pensamento da maioria dos teóricos da atualidade. Diferenças, quando encontradas, prendem-se mais a questões terminológicas ou a graus hierárquicos de categorizações, dentro do que se convencionou chamar de sistema de referencialização das línguas indo-europeias, do que propriamente à concepção geral que se tem a respeito dos dêiticos.

Bühler⁸, por exemplo, ao falar da importância dos gestos humanos e seus equivalentes linguísticos, associa o emprego dos dêiticos à situação de comunicação. Ou seja, para ele, o papel desempenhado pelos dêiticos é o de referir-se às circunstâncias em que se dá o processo de enunciação.

José Herculano de Carvalho⁹ utiliza a expressão *significação dêitica* para o tipo de significação realizada por certas formas linguísticas que equivalem a um gesto ou o acompanham e o esclarecem, mostrando um objeto pertencente ao contexto extraverbal, ou que já foi ou vai ser imediatamente mencionado no contexto verbal. Citando Bühler, o autor engloba à noção de dêixis as duas formas de mostração, denominando *mostração ad oculos*

⁷ LYONS, John. Deixis, Space and Time. In: *Semantics*. Vol 2, Cambridge, Cambridge University Press, 1977, p. 636.

⁸ BÜHLER, Karl. *Teoria del lenguaje*. Madrid, Revista do Occidente, 1961, p. 107-8.

⁹ CARVALHO, José Herculano de. Significação dêitica. In: *Teoria da linguagem*. Tomo II, Coimbra, Atlântida Editora, 1974, pp. 661-2.

aquela referente à situação real (física, material) e *mostração anafórica* aquela relativa ao contexto linguístico.

Já Kerbrat-Orecchioni¹⁰ propõe a seguinte definição para dêiticos:

[...] são as unidades linguísticas cujo funcionamento semântico-referencial (seleção para codificação e interpretação por decodificação) implica uma tomada em consideração de certos elementos constitutivos da situação de comunicação, a saber: - o papel que desempenham no processo de enunciação os actantes do enunciado, - a situação espaço-temporal do locutor, e eventualmente do alocutário.

Para ela, os dêiticos desempenham papel específico dentro de um sistema de mecanismo referencial constituído por três tipos de referência: *absoluta*, que se faz com um rótulo arbitrário, sem o aporte de nenhuma informação anexa, como no exemplo “uma menina loira”; *relativa ao contexto linguístico* (cotexto), em que o significante não está ligado de maneira absoluta ao objeto, como em “a irmã de Pedro”, e *dêitica*, relativa à situação de comunicação.

A concepção sobre dêixis de Kerbrat-Orecchioni difere da de outros autores em alguns pontos. Ao tipo de referência que Bally chama de “absoluta”, Kerbrat dá o nome de referência dêitica. O que para Lyons é referência absoluta, como no exemplo “x é muito longe da riviera”, para a autora é localização relativa ao cotexto. E se Lyons vê na frase “x está muito longe daqui” uma referência relativa, Kerbrat diz trata-se de localização dêitica. As classificações da autora diferem-se também das de Todorov, que integra na noção de dêixis os casos de referências cotextuais, fazendo uso da seguinte terminologia: dêixis indicial (quando se trata de referência relativa à situação de comunicação) e dêixis anafórica (referência ao contexto linguístico).

Essa diferenciação entre mostração referente ao contexto extralinguístico e mostração referente ao contexto linguístico vai resultar no desenvolvimento de teorias a respeito da utilização dos elementos dêiticos nos casos de discurso reportado; de “displaced speech” (quando se trata de localizar no espaço um objeto que não está presente na situação de comunicação); de “situation non partagée” (quando locutor e alocutário não se encontram na mesma situação espacial e temporal), e de enálages em geral, cujo aprofundamento não é objeto deste trabalho.

¹⁰ KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. L'enonciation de la subjectivité dans le langage. Paris, Librairie Armand Colin, 1980, p. 36.

3. Origem dos dêíticos

Ao conjunto de versões que tentam explicar o surgimento dos dêíticos, Bühler¹¹ dá o nome de mito da origem dêítica da linguagem. Na maioria dessas versões, os demonstrativos aparecem como as *palavras primitivas* da linguagem humana. Estas haviam sido precedidas por sinais mudos realizados pelos homens por meio de gestos indicativos de braços, dedos, cabeça e olhos. Esses gestos seriam com o tempo acompanhados de gritos e vozes, que viriam mais tarde a assumir a forma de *signos fonéticos codemonstrativos*. Por último, os gestos seriam superados e em parte substituídos por signos fonéticos somente.

Pode-se acreditar ou não nessas versões, mas o fato é que, no processo de desenvolvimento da linguagem, os demonstrativos evoluíram e passaram a desempenhar funções gramaticais sofisticadas, ou “indubitavelmente lógicas”, no dizer de Bühler, como por exemplo especificar ou individualizar objetos. Outra argumentação que vem corroborar para esta visão dos demonstrativos como responsáveis pelo funcionamento de um mecanismo complexo de coesão gramatical pode ser buscada em Jakobson¹², quando este diz que os pronomes e os artigos estão entre as primeiras palavras que desaparecem do repertório lexical dos indivíduos afásicos que apresentam o distúrbio da contiguidade. Em contrapartida, essas mesmas palavras, dotadas de funções puramente gramaticais, estão entre as últimas incorporadas pela criança, em seu processo de aquisição da linguagem. Coincidência ou não, é preciso lembrar, junto com Lyons¹³, que na Grécia Antiga não havia distinção pontual entre pronomes demonstrativos, artigos definidos e pronomes relativos, no que se refere a formas e funções sintáticas e semânticas.

Segundo o professor Issac Nicolau Salum¹⁴, o termo *demonstrativo* é a tradução perfeita do termo grego “*deiktikós*” e representa a classe gramatical à qual está relacionada a origem dos pronomes pessoais. Em consequência, a concepção divulgada pelos comparatistas dos séculos XVII-XIX, segundo a qual só para a terceira pessoa não havia na língua pronome especial e que, por isso, se tomou a forma aos demonstrativos, é falsa, uma vez que “*deiktikós*, deverbais de *déiknymi* – ‘indicar’, ‘apontar’, ou também ‘definir’, ‘determinar’ –

¹¹ BÜHLER, Karl. *Teoria del linguaggio*. Madrid, Revista do Occidente, 1961.

¹² JACKOBSON, Roman. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: *Linguística e comunicação*. 8.ed., São Paulo, Cutrix, 1975, p. 51.

¹³ LYONS, John. Deixis, Space and Time. In: *Semantics*. Vol 2, Cambridge, Cambridge University Press, 1977, p. 636.

¹⁴ As vicissitudes dos dêíticos-anafóricos. In: *Língua e literatura*. USP, 1983, pp. 330-1.

exprimiam a dêixis pessoal de ‘eu’ e ‘tu’ e, ainda, por extensão, a espacial e a temporal, referentes a ‘eu’ e ‘tu’, e também a dêixis referencial – posse e outras e fatos do contexto, ou anáfora”.

Mas a ideia de que os pronomes pessoais são originários dos dêiticos já era conhecida pelos gramáticos renascentistas, entre eles João de Barros¹⁵, que, em sua *Gramática da linguagem portuguesa* (GLP), de 1536, comenta e exemplifica:

Eu, nós, tu, vós, este, estes, são ‘demonstrativos’, porque cási ‘demonstram’ a cousa [...]; *Ele, esse* com seus plurales chamam [= chamam-se] ‘relativos’, por fazerem ‘relação’ e ‘lembrança’ da cousa dita, posto que [= ‘ainda que’] o seu principal officio seja demonstrativo (p.86).

É dessa forma também que vários pesquisadores do século XX entendem a origem dos pronomes pessoais. “A mostração surge primariamente como a gênese da categoria gramatical de *pessoa*, quer esta se manifeste num categorema (o pronome pessoal), quer como morfema preso na variação flexional do verbo, quer ambos os modos simultaneamente”, diz José Herculano de Carvalho¹⁶. “Também ‘eu’ e ‘tu’ são demonstrativos”, afirma Bühler¹⁷, acrescentando: “não é primariamente outra coisa que o papel de emissor no intercâmbio atual de sinais o que caracteriza em cada caso ao homem assinalado com a palavra ‘eu’, e não é primariamente outra coisa que o papel de receptor o que caracteriza ao ‘tu’”.

Outra ideia com a qual os linguistas mais próximos da atualidade estão de acordo com os gramáticos dos séculos XV e XVI refere-se à divisão dos pronomes em “primogênitos” e “derivados”, na terminologia de Antonio de Nebrija, em sua *Grammatica castellana*, de 1492, ou “primitivos” e “derivados”, segundo João de Barros, na GLP. “Os primitivos são apenas os das três pessoas, em número de seis: *eu, tu, si, este, esse, ele*, na GLP, os derivados são cinco: *meu, teu, seu, nosso, vosso* (p. 84)”, registra Isaac Salum¹⁸. De acordo com essa concepção, Herculano acredita que a mostração pessoal possui uma prioridade essencial, hierárquica, no plano sincrônico, à qual corresponde pelo menos em parte uma prioridade genética no eixo diacrônico. No latim, diz ele, os pronomes pessoais aparecem como os mais antigos de toda a classe dos pronomes e deram origem aos possessivos. Embora não aborde o assunto do ponto

¹⁵ Apud SALUM, Isaac Nicolau. As vicissitudes dos dêiticos-anafóricos. In: *Língua e literatura*. USP, 1983, p. 317.

¹⁶ CARVALHO, José Herculano de. Significação dêítica. In: *Teoria da linguagem*. Tomo I, Coimbra, Atlântida, 1973, p. 666.

¹⁷ BÜHLER, Karl. *Teoria del lenguaje*. Madrid, Revista do Occidente, 1961, p. 108.

¹⁸ SALUM, Isaac Nicolau. As vicissitudes dos dêiticos-anafóricos. In: *Língua e literatura*. USP, 1983, p. 317.

de vista diacrônico, Kerbrat-Orecchioni¹⁹ trata dos pronomes possessivos – “que amalgamam na superfície um artigo definido + um pronome pessoal” – juntamente com os pronomes pessoais, referindo-se a ambos como os mais evidentes e melhores conhecidos dos dêiticos.

Relativamente à mostração como a gênese da categoria de pessoa, torna-se difícil explicar a posição de Benveniste²⁰, segundo a qual a noção de pessoa (nos pronomes pessoais) só é própria de *eu / tu* e que falta em *ele*. “A terceira pessoa representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa [...] a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas [...]”, diz o autor. Essa concepção parece ter surgido pela primeira vez em 1660, na *Grammaire générale et raisonnée*, de Arnauld e Lancelot, conhecida como *Grammaire de Port Royal*, como se pode inferir do seguinte trecho dessa obra reproduzido pelo professor Salum²¹.

[...] parce que le sujet de la proposition n'est solvante ni soi-même, ni celui à qui on parle, il a fallu nécessairement, pour réserver ces deux terminaisons à ces deux sortes de persone, en faire une troisième qu'on joignit à tous les autres sujets de la proposition. Et c'est qu'on a appelé qu'aux substances raisonnables et intelligentes, ne soit propre qu'aux deux premières, puisque la troisième est pour toutes sorte de chose, et non pa seulement pour les personnes.

On voit par-là que naturellment ce qu'on appelle troisième persone devrait être le thème du verbe, comme il est aussi dans toutes le langues orientales. Car il est plus naturel que le verbe signifie premièrement l'affirmation, sans marquer particulièrement aucun sujet, est qu'ensuite il soit déterminé par une nouvelle inflexion à renfermer pour sujet la première ou la seconde persone.²²

¹⁹ KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. L'enonciation de la subjectivité dans le langage. Paris, Libraire Armand Colin, 1980, p. 40.

²⁰ BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. São Paulo, Ed. Nacional – EDUSP, 1976, p. 282.

²¹ SALUM, Isaac Nicolau. As vicissitudes dos dêiticos-anafóricos. In: *Língua e literatura*. USP, 1983, p. 322.

²² [...] porque o sujeito da proposição não é na maior parte das vezes nem si próprio, nem aquele a quem se fala, foi preciso necessariamente, para reservar essas duas terminações a esses dois tipos de pessoas, constituir uma terceira que se juntasse a todos os outros sujeitos da proposição. É essa a que se chama terceira pessoa, tanto no singular quanto no plural; ainda que a palavra pessoa, que convém somente a substâncias racionais e inteligentes, seja apropriada apenas às duas primeiras, uma vez que a terceira é para todo tipo de coisas, e não somente para as pessoas.

Vê-se naturalmente que o que chamamos terceira pessoa deveria ser o tema do verbo, como assim o é também em todas as línguas orientais. Pois é mais natural que o verbo signifique primeiramente a afirmação, sem marcar particularmente nenhum sujeito, e que em seguida ele seja determinado por uma nova inflexão que contenham em si como sujeito a primeira ou a segunda pessoa (nossa tradução livre).

Kerbrat-Orecchioni²³, por sua vez, refuta veementemente as argumentações de Benveniste, quanto este afirma que certos ‘ele’ <<em si>> não designam nada especificamente nem ninguém. Diz ela:

[...] se por <<em si>> é preciso entender <<fora de atualização>> (e não vemos que outra coisa a expressão possa significar), então, ocorre o mesmo para o ‘eu’ e o ‘tu’. A única diferença é que geralmente o pronome ‘ele’ precisa para receber um conteúdo referencial preciso de determinações contextuais das quais o ‘eu’ e o ‘tu’ podem fazer economia.

4. O mecanismo da dêixis

Cada uma destas formas – eu, aqui, agora – funciona como um sinal linguístico: *aqui*, como sinal de lugar; *agora*, como sinal de momento; *eu*, como sinal do emissor. Elas constituem a base do mecanismo de mostração da língua, isto é, instauram a noção de pessoa e delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da instância do discurso presente. Dessa referência, diz Benveniste²⁴, “o demonstrativo tira seu caráter cada vez mais único e particular, que é a unidade da instância de discurso à qual se refere”. Assim, a própria língua cria as condições especiais para que a dêixis funcione. Trata-se, segundo José Herculano de Carvalho²⁵, da existência de:

[...] um termo ou ponto de referencia, evidente e não ambíguo para o receptor, relativamente ao qual o emissor localize o objeto que quer mencionar: esse termo ou baliza referencial é a pessoa do próprio sujeito que fala, no momento em que fala e que, apontando ou chamando a atenção para si próprio, se designa como EU.

Quando não visa mais ao presente, a língua recorre a outra série de termos distintos que se correspondem um a um aos indicadores daquela instância. As unidades linguísticas que podem funcionar como dêiticos, de acordo com Kerbrat-Orecchioni²⁶, são:

- os pronomes *eu* e *tu*;

²³ KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. L’*enonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris, Libraire Armand Colin, 1980, p. 43.

²⁴ BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. São Paulo, Ed. Nacional – EDUSP, 1976, p. 280.

²⁵ CARVALHO, José Herculano de. Significação dêitica. In: *Teoria da linguagem*. Tomo II, Coimbra, Atlântida Editora, 1974, pp. 664-5.

²⁶ KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. L’*enonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris, Libraire Armand Colin, 1980, pp. 34-69.

- os pronomes de terceira pessoa, que podem funcionar como dêíticos negativos (quando indicam que o referente não se trata do locutor nem do alocutário do processo de comunicação) ou como anafóricos (quando seu conteúdo referencial é determinado por um antecedente linguístico);
- os possessivos (que amalgamam na superfície um artigo definido + um pronome pessoal em posição de complemento do nome);
- os demonstrativos, quando constituídos com a ajuda de outras unidades linguísticas que apresentem
 - indicação de proximidade ou distância do denotado com relação ao locutor (*aqui, aí, ali, lá*),
 - valor temporal (desinência verbal, advérbios e locuções adverbiais),
 - valor espacial, quando acompanhados do gesto de mostração (dêixis por ostensão);
- as formas temporais da conjugação verbal;
- os advérbios e locuções adverbiais;
- as preposições e os adjetivos de valor temporal;
- as expressões que indicam localização espacial, como *perto de / longe de, na frente / atrás, à direita / à esquerda*;
- os verbos de movimento *ir* e *vir*.

Os sistemas de mostração da língua apresenta, segundo Bühler²⁷, quatro modalidades, três das quais englobadas numa única categoria a que o autor dá o nome de dêixis egocêntrica. São estas: *dêixis ad oculos, dêixis em fantasma* e *mostração anafórica*.

Na demonstração “ad óculos” a utilização dos dêíticos se dá em presença dos objetos, lugares e pessoas envolvidas na situação de comunicação, isto é, exige-se a presença física do objeto mostrado no contexto extraverbal da instância de enunciação. Já “quando um narrador leva o ouvinte ao reino do ausente recordável ou ao reino da fantasia construtiva e o obsequia com os mesmos demonstrativos, para que veja e ouça o que ali há que ver e ouvir [...] com olhos e ouvidos ‘interiores’ ou ‘espirituais’”²⁸, tem-se então a dêixis em fantasma, categoria esta que Kerbrat-Orecchini engloba em seu segundo tipo de referencialização, ou seja, aquela relativa ao cotexto, em sua modalidade anafórica.

²⁷ BÜHLER, Karl. *Teoria del lenguaje*. Madrid, Revista do Occidente, 1961, p. 158-9.

²⁸ *Idem, ibidem*.

Veja-se exemplo extraído do primeiro capítulo de *A jangada de pedra*, de José Saramago²⁹.

Maria Guavaira não se chama Ariadne, com **este** fio não sairemos do labirinto [...] (335-6).³⁰

No trecho acima, o pronome demonstrativo *este* é compreendido, seguindo-se o pensamento de Bühler, como uma *dêixis em fantasma* e, levando-se em conta a teoria de Orecchioni, uma anáfora.

Mas também em Bühler encontra-se diferença entre dêixis em fantasma e anáfora, só que de outra ordem. Para o autor, a dêixis em fantasma, embora atue dentro da estrutura do discurso, faz referência a uma mostração real, enquanto que a anáfora aparece como uma mostração sintática. Nos trechos abaixo, pode-se verificar essa diferença.

Sabido é que todo efeito tem sua causa, e **esta** é uma universal verdade [...] (197-8).

E nem adianta acrescentar que a qualquer um sobejam razões para se julgar causa dos efeitos todos, **estes de que** viemos falando [...] (222-4).

Os demonstrativos *esta*, *estes* e o relativo *de que* funcionam como anáfora, no entender de Bühler, porque fazem referencia não a objeto, ou coisa, mas a afirmações que acabam de ser enunciadas.

Um quarto tipo de dêixis apresentada por Bühler é a que ele chama de *topomnástica*, em que o processo de mostração toma como ponto de referência o corpo humano do emissor ou marcos familiares na paisagem. Essa modalidade de mostração, ampliada em suas possibilidades e perspectivas, é retomada por Kerbrat-Orecchioni naquilo que se pode referir como sistema referencial de localização espacial, que se utiliza de formas nem sempre consideradas dêíticas.

²⁹ São Paulo, Cia das Letras, 1988, pp.7-16.

³⁰ Os números colocados entre parênteses à frente dos exemplos referem-se às linhas em que estes se encontram no “corpus”. Grifos nossos.

Parte II – A dêixis em funcionamento

1. Tema e rema em *A jangada de pedra*

A estrutura temática e a estrutura informacional do primeiro capítulo de *A jangada de pedra*, de José Saramago, podem ser analisada tendo em vista as categorias semânticas de *causa* e *efeito* que estão na base da construção desse trecho inicial do romance. Ao enunciar que “todo efeito tem sua causa, e esta é uma universal verdade” (197-8), o narrador marca o principal *tópico* do texto, o qual vai ativar no leitor elementos cognitivos presentes no imaginário coletivo até mesmo das camadas mais populares do mundo inteiro.

Por outro lado, a introdução de elementos cognitivos novos – processo ao qual Mira Mateus³¹ dá o nome de *comentário* – se dá paralelamente à apresentação das principais personagens do enredo. A entrada em cena de cada uma delas está relacionada com acontecimentos insólitos, sugeridos ora como aparente causa de algum efeito extraordinário ora como efeito extraordinário sem causa. Assim é que:

Quando Joana Carda riscou o chão com a vara de negrilho, todos os cães de Cerbère começaram a ladrar [...] (1-2).

[...] pensou perplexo Joaquim Sassa, como foi que eu, de tão poucas forças naturais, lancei tão longe pedra tão pesada (153-5).

Diria Pedro Orce, se tanto ousasse, que a causa de tremer a terra foi ter batido com os pés no chão quando se levantou da cadeira [...] (233-5).

[...] o certo e estar José Anaíço tão duvidoso como nós sobre as causas do alado festival [o bando de estorninhos que segue a personagem por onde quer que ela ande] (278-80).

Maria Guavaira [...] encontrou um pé-de-meia [...] e [...] pôs-se a desfazer-lhe as malhas [...] Passou uma hora e outra, e o longo fio de lã azul não para de cair, porém o pé-de-meia parece não diminuir de tamanho, não bastavam os quatro enigmas já falados (320-9).

³¹ MATEUS, Maria Helena Mira *et alli*. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra, Almedina, 1983, p. 207.

No decorrer do romance, o leitor percebe que essas ocorrências estão relacionadas ao acontecimento central da trama, a partir do que novos tópicos discursivos e novos comentários vão sendo introduzidos e desenvolvidos por meio das várias técnicas narrativas.

2. A coerência do mundo na ciência dos homens

No processo de análise do texto em estudo, no que se refere à coerência, é preciso antes de mais nada fixar o ponto de vista a partir do qual a obra *A jangada de pedra*, tomada com base em suas propriedades de intencionalidade e aceitabilidade, será interpretada como coerente ou incoerente.

Segundo o que nos ensina Mira Mateus e Bernárdez, a noção de coerência textual estaria diretamente relacionada com o conhecimento que o homem tem do mundo que o rodeia e as concepções que o sujeito tem a respeito do que, para ele, seja a realidade. Sob essa perspectiva, o texto de Saramago, ao apresentar características do que se pode chamar de *realismo fantástico*, afasta-se dos esquemas tradicionais que definem o saber institucionalizado sobre o real. Essa “incoerência” é motivo de digressões do narrador, que a anuncia para o leitor em trecho com características de intertextualidade implícita com o universo de discurso da Física.

Sabido é que todo o efeito tem sua causa, e esta é uma universal verdade, porém, não é possível evitar alguns erros de juízo, ou de simples identificação, pois acontece considerarmos que este efeito provém daquela causa, quando afinal ela foi outra, muito fora do alcance do entendimento que temos e da ciência que julgávamos ter (197-203).

Se todo o efeito tem sua causa e essa está fora do alcance da ciência que o homem julgam ter, trata-se então de se aperfeiçoar a ciência dos homens para encontrar as causas dos acontecimentos narrados em *A jangada de pedra*. Sob esse ponto de vista, o texto não seria incoerente. O conhecimento do mundo alcançado pelas sociedades contemporâneas é que não estaria à altura da coerência do texto. Evidentemente, em contrapartida à intencionalidade, existe a aceitabilidade que designa, no dizer de Mateus³², “a atitude do alocutário segundo a qual uma dada configuração de elementos linguísticos que é suposto interpretar (ou reconhecer) deve ser coesa e coerente”. No caso do texto em análise, por se tratar esse de um

³² MATEUS, Maria Helena Mira *et alli*. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra, Almedina, 1983, p. 189.

romance ficcional, tanto mais o leitor se aproveitará da leitura quanto maior for seu grau de aceitabilidade e compreensão das metáforas utilizadas pelo autor.

Mas agora é preciso retomar o conceito de coerência textual e observá-lo à luz das concepções da linguística textual, segundo as quais todos os textos são em princípio aceitáveis, desde que seja possível ao alocutário perceber nesses os estabelecimentos de nexos entre os princípios que abordam. A *conectividade conceitual* em *A Jangada de Pedra* não é de imediato percebida no primeiro capítulo. Se assim o fosse, não se estaria lidando com um texto de suspense, capaz de prender a atenção do leitor. Mas no decorrer da narrativa as relações entre os acontecimentos insólitos, aparentemente fortuitos, e suas causas vão sendo estabelecidas por meio dos mecanismos de estruturação textual que são objetos de estudos das teorias do texto. Ao apresentar uma dosagem equilibrada entre elementos textuais que remetem ao conhecimento partilhado com o interlocutor e informações novas, baseadas principalmente em construções metafóricas, o texto compõe uma coerência textual interna e estabelece uma relação coerente com o mundo real, em uma dada situação histórica, geográfica, cultural, política e econômica.

Referentemente à situacionalidade, um dos aspectos que se depreende do texto de Saramago, tendo em conta aqui a sua “totalidade em funcionamento”, são as questões relativas à participação dos países da Península Ibérica na União Europeia. Diferenças políticas e econômicas e dificuldades de integração daí decorrentes, bem como fatores relacionados com a identidade cultural do povo ibérico – suas crenças, seus valores, mitos e conteúdos arquetípicos enraizados no inconsciente coletivo – são focalizados pelo autor por meio de sofisticados recursos estilísticos da língua portuguesa e de ricos e expressivos mecanismos de construção da coerência e coesão textuais.

A intertextualidade, por exemplo, é flagrante já no primeiro capítulo. Entre as remissões de caráter explícito, encontram-se referências à mitologia grega no processo de nominalização geográfica – a primeira cena do livro se passa na “comuna” francesa de Cèrbère, onde “ladrara, nas gregas e mitológicas eras, um cão de três cabeças que ao dito nome Cèrbere respondia, se o chamava o barqueiro Caronte, seu tratador” (13-16) – e na ação desenvolvida pela personagem Maria Guavaira, que começa a desfazer a malha de um pé-de-meia, cujo longo fio nunca termina, sem que a peça diminua de tamanho. A explicação para esse fato está fora do alcance do entendimento da ciência atual. O que se sabe, por enquanto, é que “Maria Guavaira não se chama Ariadne, com este fio não sairemos do labirinto, acaso com ele conseguiremos enfim perder-nos. A ponta onde está” (335-7).

A ponta talvez possa não ser encontrada, mas, continuando a puxar o fio da intertextualidade informalmente explicitada, é possível notar ao longo do texto referências à ciência astronômica. Já no campo da intertextualidade implícita, deve-se “dar ao mar o que ao mar pertence” (116-7) e reconhecer o talento do autor na utilização dos clichês. Expressões populares são constantemente retomadas e renovadas, ganhando em originalidade e força expressiva, como o mostra a seguinte fala de Joana Carda:

O que tem de ser, tem de ser, e tem muita força, não se pode resistir-lhe, mil vezes o ouvi à gente mais velha (50-2).

Não se pode também resistir à maneira criativa como Saramago intercala operações metalinguísticas no texto, sem prejuízo da fluência narrativa. Os trechos abaixo são exemplares de um tipo de procedimento comum em todo o romance.

[...] o cão Cérbero, que assim em nossa portuguesa língua se escreve e deve dizer (21-2).

[...] estas criaturas, não estranhemos a palavra desusada, há dias em que as comuns não apetecem (280-2).

[...] Maria Guavaira lhe chamam, estranho nome embora não gerúndio (320-1).

3. A linguagem em tempo unidimensional

As interdependências semânticas estabelecidas no texto de José Saramago resultam de processo de *conectividade sequencial* responsáveis pela coesão textual. Comentários sobre a estruturação da linguagem com base na concepção unidimensional do tempo, que determina que a ocorrência dos elementos linguísticos se processe por sucessividade, irrompem na narrativa, em mais um dos vários tipos de digressão metalinguística do autor, em que este se refere à limitação do texto quando se trata de expressar ações ocorridas simultaneamente. Tal dificuldade é apresentada de forma explícita no seguinte trecho:

Difícilimo acto é o de escrever, responsabilidade das maiores, basta pensar no extenuante trabalho que será dispor por ordem temporal os acontecimentos,

primeiro este, depois aquele, ou, se tal mais convém às necessidades do efeito, o sucesso de hoje posto antes do episódio de ontem, e outras não menos acrobacias, o passado como se tivesse sido agora, o presente como um contínuo sem princípio nem fim, por muito que se esforcem os autores, uma habilidade não podem cometer, pôr por escrito, no mesmo tempo, dois casos no mesmo tempo acontecidos (169-78).

É pois com verdadeiras acrobacias que Saramago ultrapassa os obstáculos impostos pela conectividade sequencial, a começar pelos mecanismo de *coesão temporal*. O estudo dos tempos verbais empregados em *A jangada de pedra* dá margem à elaboração de um trabalho independente, tal é a riqueza das conjugações empregadas. Para ficar apenas nas relações temporais verificadas entre os acontecimentos que marcam a introdução de cada personagem na trama, notam-se alguns trechos em que o autor expressa proximidade e simultaneidade por meio de conectores, advérbios e expressões de valor temporal.

Quando Joana Carda riscou o chão [...], todos os cães de Cerbère começaram a ladras (1-2).

Por estes mesmos dias, talvez antes, talvez depois de ter Joana Carda riscado o chão [...] **ao entardecer** [...] esse homem [Joaquim Sassa] ia caminhando acima da linha da maré [...] (104-10).

Por isto é que, tendo-se falado **primeiro** de Joaquim Sassa, **só agora se irá falar** de Pedro Orce, **quando** lançar Joaquim uma pedra ao mar e levantar-se Pedro da cadeira **foi tudo obra de um instante único**, ainda que pelos relógios houvesse uma hora de diferença, é o resultado de estar este em Espanha e aquele em Portugal (190-6).

Destaca-se no trecho acima o emprego da aditiva *e* que, utilizada para expressar paralelismo sintático, reforça o sentido de simultaneidade entre as ações.

Na manhã do dia seguinte, um homem [José Anaíço] **atravessava** uma planície inculca [...] (260-1) **Para o fim da manhã começará** a aquecer, **por enquanto** há uma brisa fresca e límpida [...] (286-7).

E **agora** esta mulher, Maria Guavaira [...] que **subiu** ao sótão da casa e **encontrou** um pé-de-meia [...] (320-2).

Cumprir notar as combinações das expressões de valor temporal e dos tempos verbais empregados, que ora distanciam ora aproximam o narrador do local da cena. Aqui já se pode aludir à referência dêitica, nos termos em que nos fala Kerbrat-Orecchioni quando trata do problema da localização temporal.

Outra manobra da qual Saramago lança mão em suas acrobacias linguísticas está relacionada com os processos de referência relativa ao contexto verbal (cotexto), que se viabilizam por meio de termos representantes ou *anafóricos* do objeto a ser referenciado, chamado de *antecedente*. Ao termo representante que marca uma forma de antecipação do objeto referenciado dá-se o nome de *catáfora*. Não é objeto deste trabalho realizar um levantamento exaustivo da presença desses elementos no texto analisado. Apenas a título de ilustração foram destacados alguns procedimentos do autor, dentro de cada categoria. É de se notar a presença da referência endofórica, em suas três modalidades: anáfora, catáfora e elipse. Como exemplo de anáfora, registra-se o pronome oblíquo *o*, na seguinte fala de Joana Carda:

Não sei o que me aconteceu, o pau estava no chão, agarrei-**o** e fiz o risco
(40-1).

Como a anáfora pode referenciar-se tanto a um termo quanto a uma frase ou a um contexto, destacou-se também os exemplos:

[...] andava um homem a passear na praia, era **isto** ao entardecer [...]
(105-6).

[...] estou que um pau de fósforo teria causado o **mesmo** efeito (49-50).

Representando a catáfora, selecionou-se o demonstrativo *daquele* do seguinte fragmento:

[...] **daquele** jogo conhecido de ouvir o conto e repeti-lo com vírgula nova
[...] (9-10).

E o fenômeno da elipse pode ser reconhecido na marcação feita pelos colchetes no trecho abaixo:

[...] feliz animal que acompanhava a dona às compras, e que, por ser [] já velho, gostava de dormir ao sol, sem cuidados (73-5).

O mais interessante, no entanto, ainda com relação a esses mecanismos de coesão referencial, é notar a forma como Saramago joga com anáforas e catáforas para o mesmo termo, simultaneamente. Isto é, em muitos casos, um antecedente é referencializado com o emprego de um termo anafórico que funciona, simultaneamente, como elemento catafórico do mesmo termo, antecedente, que é repetido no processo de sequencialização do texto. Um exemplo torna mais clara essa acrobacia realizada pelo autor.

Se a Joana Carda alguém vier a perguntar que ideia fora **aquela sua** de riscar o chão com um pau [...] (34-6).

O possessivo *sua*, de caráter dêitico negativo, faz referência à Joana, enquanto que o demonstrativo *aquela* alude ao já dito anteriormente no texto – a ideia de Joana riscar o chão com a vara de negrilho. A combinação dos dois pronomes por si só já bastaria para a compreensão do sentido. Entretanto, o autor repete a descrição do gesto da personagem como que para reforçar a significação de base do texto que é a relação entre causa e efeito. Com isso, instaura uma nova categoria, que é a do elemento *anafórico / catafórico* ao mesmo tempo.

Para marcar bem o papel desempenhado pelos mecanismos de coesão referencial, principalmente naquilo que estes contribuem para assegurar a manutenção da coerência temática do capítulo, reproduz-se trecho cuja construção se mantém sustentada especialmente pela presença de elementos anafóricos e catafóricos, conforme marcação entre parênteses diante de cada ocorrência.

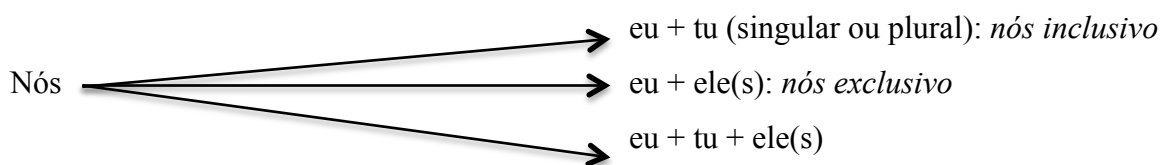
E nem adianta acrescentar que a qualquer um sobejam razões para se julgar causa dos efeitos **todos** (anafórico), **estes** (catafórico / anafórico) **de que** (anafórico) viemos falando e mais **os que** (anafórico / catafórico) são nossa parte exclusiva para o funcionamento do mundo, **o que** (catafórico) eu gostaria de saber é como **ele** (anafórico) será quando não houver homens e os efeitos que só **eles** (anafórico) causam, o que melhor é nem pensar em **tal** (anafórico) imensidão, **que** (anafórico) faz tonturas, ora bastará que sobrevivam uns animaizinhos, uns insectos, e mundos haverá, **o** (anafórico) da formiga, **o** (anafórico) da cigarra, não afastarão cortinas, não se olharão num espelho, e **isso** (anafórico) que tem, afinal a única verdade é **que** (anafórico / catafórico) o mundo não pode ser morto (223-32).

4. A noção de papel na categoria de pessoa

No desenvolvimento deste trabalho, coloca-se ainda em relevo a função desempenhada pelos pronomes pessoais no processo de articulação do texto. Nesse sentido, pode-se dizer inicialmente que a categoria de pessoa em uma determinada língua é definida relativamente à noção de papel. A primeira pessoa é empregada pelo locutor para designar a si próprio como sujeito do discurso; a segunda pessoa é utilizada para designar o alocutário, e a terceira pessoa é empregada para referir a pessoas ou coisas que não o locutor e o alocutário. É comum entre os principais estudiosos do assunto a ideia de que a terceira pessoa encerra uma noção de dêixis negativa. Isso porque, ao contrário das duas primeiras pessoas, a terceira não remete necessariamente aos participantes da situação do enunciado.

Outro aspecto que envolve a análise dos pronomes pessoais como dêiticos está relacionado com o plural dessas formas linguísticas. O pronome *nós* não corresponde, salvo nos raros casos de recitação ou redação coletiva, ao plural de *eu*, e será puramente dêitico ou não de acordo com a definição de seu conteúdo. Ou seja, no pronome *nós* pode estar incluída ou excluída a segunda pessoa (*eu + tu/vós*) ou englobar as três pessoas (*eu + tu/vós + ele/s*).

Reproduz-se abaixo o esquema de Kerbrat-Orecchioni³³:



O *nós inclusivo* é puramente dêitico. Por outro lado, uma vez que comporte um elemento de terceira pessoa, o pronome deve vir acompanhado de um sintagma nominal funcionando como um antecedente do elemento *ele* incluso no *nós*.

Praticamente as mesmas observações devem ser feitas com relação ao plural da segunda pessoa. Quando *vós* refere-se ao *tu* no plural, o pronome funciona como um dêitico puro. Mas se em seu conteúdo estiver presente um elemento de terceira pessoa – *tu + ele(s)* –, a referencia se dará tanto de forma dêitica quanto cotextual.

Tomando como objeto de análise os pronomes pessoais empregados apenas em sua condição de dêiticos puros, observa-se que José Saramago, no texto estudado, cria no interior

³³ KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. L'enonciation de la subjectivité dans le langage. Paris, Librairie Armand Colin, 1980, p. 41.

da narrativa várias situações de comunicação em que a utilização dessas formas linguísticas instauram os actantes do discurso, que podem ser o narrador e o leitor; o narrador e as personagens, ou o narrador, o leitor e as personagens, conforme pode ser verificado em alguns recortes.

Mas, não podendo o sempre durar sempre, como explicitamente **nos** tem ensinado a idade moderna [...] (27-8).

Note-se que o emprego da forma oblíqua da primeira pessoa do plural tem carácter inclusivo, ou seja, compreende em seu conteúdo um *tu*, que neste caso refere-se tanto ao leitor quando à humanidade em geral. Outros exemplos abaixo confirma esse gosto do narrador pela conversa com o leitor: o primeiro com a utilização do pronome de primeira pessoa do plural no caso reto; o segundo com o emprego do pronome oblíquo de segunda pessoa do plural.

Joaquim Sassa atirou a pedra, contava que ela caísse distante poucos passos, pouco mais que a seus pés, cada um de **nós** tem a obrigação de conhecer as próprias forças [...] (143-5).

Se [Joana Carda] não pensara nas consequências de um acto que parecia não ter sentido, e esses recordai-**vos**, são os que maior perigo comportam [...] (37-9).

Mas o narrador também participa das situações de enunciação por meio da utilização dos pronomes *eu* e do *nós retórico*, contraditoriamente dito “de majestade” ou “de modéstia”. Observe-se exemplo em que o narrador designa a si próprio na primeira do plural e na primeira do singular, no mesmo trecho.

E nem adianta acrescentar que a qualquer um sobejam razões para se julgar causa dos efeitos todos, estes de que [nós] **viemos** falando e mais os que são nossa parte exclusiva para o funcionamento do mundo, o que **eu** muito gostaria de saber é como ele será quando não houver homens e os efeitos que só eles causam [...] (222-7).

Para demonstrar o diálogo estabelecido entre narrador e personagens, seleccionou-se os seguintes fragmentos:

Eu [...] estou que um pau de fósforo teria causado o mesmo efeito, Por que [] diz isso [...] (49-50).

O *eu* do primeiro segmento é designativo do discurso reportado direto de Joana Carda, a personagem. No segundo segmento é o próprio narrador que faz a pergunta. Repare-se que a utilização elíptica de uma forma de terceira pessoa com a conjugação correspondente do verbo é indicativa da formalidade de tratamento que o narrador dispensa à personagem. Vale lembrar que a forma de tratamento *você* conserva no português de Portugal o caráter cerimonioso há muito perdido no português do Brasil. O emprego da terceira pessoa com valor de segunda também é verificado no pronome oblíquo *lhe*, no trecho abaixo:

Não sei o que **me** aconteceu, o pau estava no chão, agarrei-o e fiz o risco, Nem **lhe** passou pela ideia que poderia ser uma varinha de condão, Para varinha de condão pareceu-**me** grande [...] (40-3).

O diálogo ainda se dá entre Joana Carda e o narrador. Note-se que é a resposta da personagem que instaura o valor de *lhe* como segunda pessoa e, conseqüentemente, como dêitico. Caso a conversa não continuasse, o pronome seria interpretado com sendo de terceira pessoa e desempenharia o papel de anafórico. Na verdade, deve-se ressaltar que neste caso cabem as duas leituras, o que mais uma vez comprova a capacidade “acrobática” do autor.

O estabelecimento de uma situação de comunicação envolvendo narrador, leitor e personagem pode ser apreendido nos seguintes exemplos:

E também não **perguntamos** [nós] já a José Anaiço quem é e o que faz na vida, donde veio e pra onde vai [...] (308-10).

Maria Guavaira não se chama Ariadne, com este fio não sairemos do labirinto, acaso com ele conseguiremos enfim perder-**nos** (335-7).

A resposta só a encontrara quem se dispuser a percorrer o fio narrativo de *A jangada de pedra*. Nesse caminho, o leitor poderá até mesmo perder-se algumas vezes, mas sem dúvida alguma sairá do labirinto que é o texto de José Saramago muito mais rico, tanto no que se refere ao imaginário dos povos ibéricos quanto aos recursos estruturais, retóricos e estilísticos da língua portuguesa.

5. Considerações finais

Da presente análise, pode-se concluir sobre a importância do papel desempenhado pela dêixis, não somente no processo de articulação mas também na criação de diversos efeitos de sentido constitutivos da significação total do texto.

No que se refere especificamente ao texto em estudo, nota-se que os elementos responsáveis pelo funcionamento do mecanismo referencial das línguas indo-europeias caracterizam-se, em uma primeira leitura, como instrumentos utilizados em favor da coesão textual. Em uma apreciação mais atenta, descobre-se a maneira como o autor, consciente ou inconscientemente, lança mão desses elementos para avançar e retroagir no eixo de sucessividade em que se estrutura a linguagem, e conseqüentemente a narrativa, criando a ilusão de rompimento do processo de conectividade sequencial e expressando o efeito de simultaneidade de ações. Sob esse aspecto, pode-se observar o emprego, se não inovador pelo menos pouco frequente, dos elementos de referência ao contexto verbal com dupla função – anafórica e catafórica simultaneamente, com o auxílio da repetição (posterior ao elemento anafórico) do termo antecedente.

Outra conclusão que se pode tirar por meio da realização deste trabalho está relacionada com a função desempenhada pela categoria de pessoa como facilitadora da leitura, tendo em vista a pontuação pouco convencional do texto de José Saramago – não há marcação para as entradas de diálogos entre as personagens, bem como entre narrador e personagens e narrador e leitor. O rico dialogismo que depreende da obra é obra da utilização perspicaz dos pronomes pessoais, que instauram os actantes das três formas de discurso – direto, indireto e indireto livre. Cabe destacar a utilização de pronomes de terceira pessoa com valor de dêiticos puros, contrariamente ao uso comum como dêixis negativa, nos casos em que o narrador – designa por meio de tratamento formal – a personagem como sua alocutária do processo de comunicação.

“Nem lhe passou pela ideia que poderia ser uma varinha de condão”, pergunta o narrador à Joana Carda, omitindo o sinal de interrogação. E já não nos passou pela cabeça que José Saramago escreve de forma mágica, como se tivesse uma carinha de condão? – pergunto eu.

6. Referências bibliográficas

- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. São Paulo, Ed. Nacional-EDUSP, 1976.
- BERNÁRDEZ, Enrique. *Introducción a la linguística del texto*. Madrid, Espasa Calpe, 1982.
- BÜHLER, Karl. *Teoría del lenguaje*. Madrid, Revista do Occidente, 1961.
- CARVALHO, José Herculano de. *Teoria da linguagem*. Tomo I, Coimbra, Atlântida, 1973.
- FÁVERO, Leonor Lopes e KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística textual: uma introdução*. São Paulo, Cortez, 1994.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 3.ed., São Paulo, Contexto, 1992.
- GUIMARÃES, Elisa. *Articulação do texto*. São Paulo, Ática, 1995.
- JAKOBSON, Roman. Les fondations du langage. In: *Essais de linguistique générale*. Paris, Les Editions de Minuit, 1963.
- _____. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: *Linguística e comunicação*. 8.ed., São Paulo, Cultrix, 1975.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'enonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris, Librairie Armand Colin, 1980.
- KOCH, Ingedore G. Villaça e TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo, Contexto, 1993.
- LYONS, John. *Linguistique générale: introduction à linguistique théorique*. Paris, Larousse, 1970.
- _____. *Semantics*. Vol.2., Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
- MATEUS, Maria Helena Mira et alii. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra, Livraria Almedina, 1983.
- SALUM, Isaac Nicolau. As vicissitudes dos dêiticos-anafóricos. In: *Língua e literatura*. São Paulo, USP, 1983.
- SARAMAGO, José. *A jangada de pedra*. São Paulo, Cia das Letras, 1988.
- ULLMANN, Stephen. *Semántica: introducción a la ciência del significacion*. 2.ed., Madrid, Aguilar, 1978.